

Economia.

**Hucam vai abrir
710 vagas de
emprego**
Pág. 34

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

DUPLICAÇÃO DE RODOVIA

DERROTA NA BR 262

PEDÁGIO É MANTIDO, MAS COM PRAZO PARA A OBRA

Às vésperas do leilão, governo rejeita propostas da bancada

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

A concessionária que vencer o leilão da BR 262 no próximo dia 18 assumirá a obra de duplicação dos 180,5 km da rodovia no Espírito Santo se o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) não cumprir o prazo de cinco anos para entregar o trecho capixaba pronto, duplicado e com todos os serviços e equipamentos instalados.

Essa foi a decisão da ministra Gleisi Hoffmann (PT-PR), formalizada em longa reunião com a bancada capixaba ontem na Casa Civil. Embora não conste do edital e não passe de promessa verbal, a outra novidade é que o governo deu a palavra de que só será cobrado pedágio no Espírito Santo após ser entregue, duplicado, 10% (19 km) do trecho capixaba – conclusão prevista para ocorrer em um ano, segundo o ministro dos Transportes, César Borges (PR-BA).

Por fim, para não sacrificar e sobretaxar moradores e agricultores da região serrana do Estado – usuários diários da via –, o governo aceitou a proposta deslocar para 40 km adiante (em direção a Venda Nova do Imigrante, mas fora de seu perímetro urbano) a praça de pedágio de Marechal Floriano.

Inflexível em mudar o edital e sem prometer nada de compensação ao Estado, o Planalto não acei-

tou reduzir a tarifa de pedágio (R\$ 18,70 somadas as duas praças capixabas) e só deixou como esperança um deságio esperado de 40% no valor da tarifa.

Na prática, embora Gleisi tenha feito diplomacia, aberto portas e se mostrado disposta a receber a bancada com frequência, ficou claro que o governo liquidou o assunto e nada mais tem a discutir. A demora em chamar a reunião definitiva já sinalizava a manutenção de um edital que movimentava dezenas de consórcios participantes na praça.

“Insistimos ao máximo nos ganhos, mas o governo não aceitou nem a cobrança de pedágio apenas após a duplicação de 50% do trecho capixaba”, admite o deputado Paulo Foletto (PSB), coordenador da bancada.

Essa proposta fora levada à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), mas Gleisi mostrou que a agência não manda em nada, já que só tem função executiva nos projetos do governo.

Segundo avaliações governistas, qualquer alteração ou suspensão da licitação em cima da hora geraria descrédito no mercado, tudo que o Executivo não quer no caso da BR 262 – cartão-postal do Plano de Investimentos em Logística (PIL), que ainda não saiu do papel. Além disso, insiste Gleisi, cancelar o leilão seria uma perda de tempo com muito mais prejuízos.



PAULO H. CARVALHO/CASA CIVIL

Gleisi (ao centro), apesar da receptividade e dos sorrisos na reunião com bancada, não deu brechas a mudanças

Parlamentares se apegam a compensações

▄ Depois de sair da Casa Civil com cara de derrota política e nenhuma comemoração, a bancada capixaba se agarra agora na discreta intenção da ministra Gleisi Hoffmann em estudar compensações ao Espírito Santo para repor desgastes com o pedágio da BR 262 e com o fim do ICMS/Fundap.

O “desapontado e cético” senador Ricardo Ferraço (PMDB) chama o governo de “irredutível e injusto” por jogar a decisão política “goela abaixo” dos parlamentares capixabas para o pedágio de Minas ser menor. “Este modelo de con-

cessão é equivocado, penaliza os capixabas e rompe com a inclusão desta obra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desde 2009. Como vamos explicar pedágio para concessionária em obra feita com dinheiro federal?”

Segundo Ferraço, Gleisi impôs o “risco Dnit” ao Espírito Santo e propôs “mudanças cosméticas e ilusórias” que não tiram o ônus dos capixabas que usam a BR 262 para trabalhar.

A ministra até prometeu dar “atenção especial” a obras de infraestrutura atrasadas no Estado, mas deixou claro que o governo

está com problemas de caixa e à mercê da crise internacional. “Gleisi vai levantar obras atrasadas e voltará a conversar, mas não é compensação imediata nem promessa. Ela sugeriu reunião com o governador para fazer essa carteira de projetos”, diz o deputado Paulo Foletto (PSB).

Querendo mais investimentos, a deputada Rose de Freitas (PMDB) tenta emplacar a Quarta Ponte no PAC. Durante a reunião, ela chegou a ligar para o governador Renato Casagrande (PSB) perguntando como estava o projeto.

O senador Magno Mal-

ta (PR) quer outras BRs duplicadas, como a que liga João Neiva a Colatina. “Gleisi destensionou, mas compensação é questão de honra. O problema é o palavrão do pedágio”, destaca. Para o deputado César Colnago (PSDB), o governo não cedeu em nada. Seu colega Lelo Coimbra (PMDB) reconhece a limitação e lembra que, para se chegar aos 10% de duplicação antes de cobrar tarifa no Estado, certamente houve negociações com lado mineiro.



CONTINUA pág. 30

DUPLICAÇÃO DE RODOVIA

Desconto no leilão pode baixar tarifas para R\$ 11,2

Valor menor seria obtido com deságio de até 40% no pedágio, como prevê ministro

RONDINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

O ministro dos Transportes, César Borges (PR-BA), espera um desconto de até 40% nas tarifas de pedágio durante o leilão da BR 262. Se concretizada, sua projeção será o único alívio para o bolso do usuário da rodovia. No caso da BR 101, recentemente concedida à iniciativa privada, o desconto foi de 45% sobre o valor inicialmente previsto pelo governo.

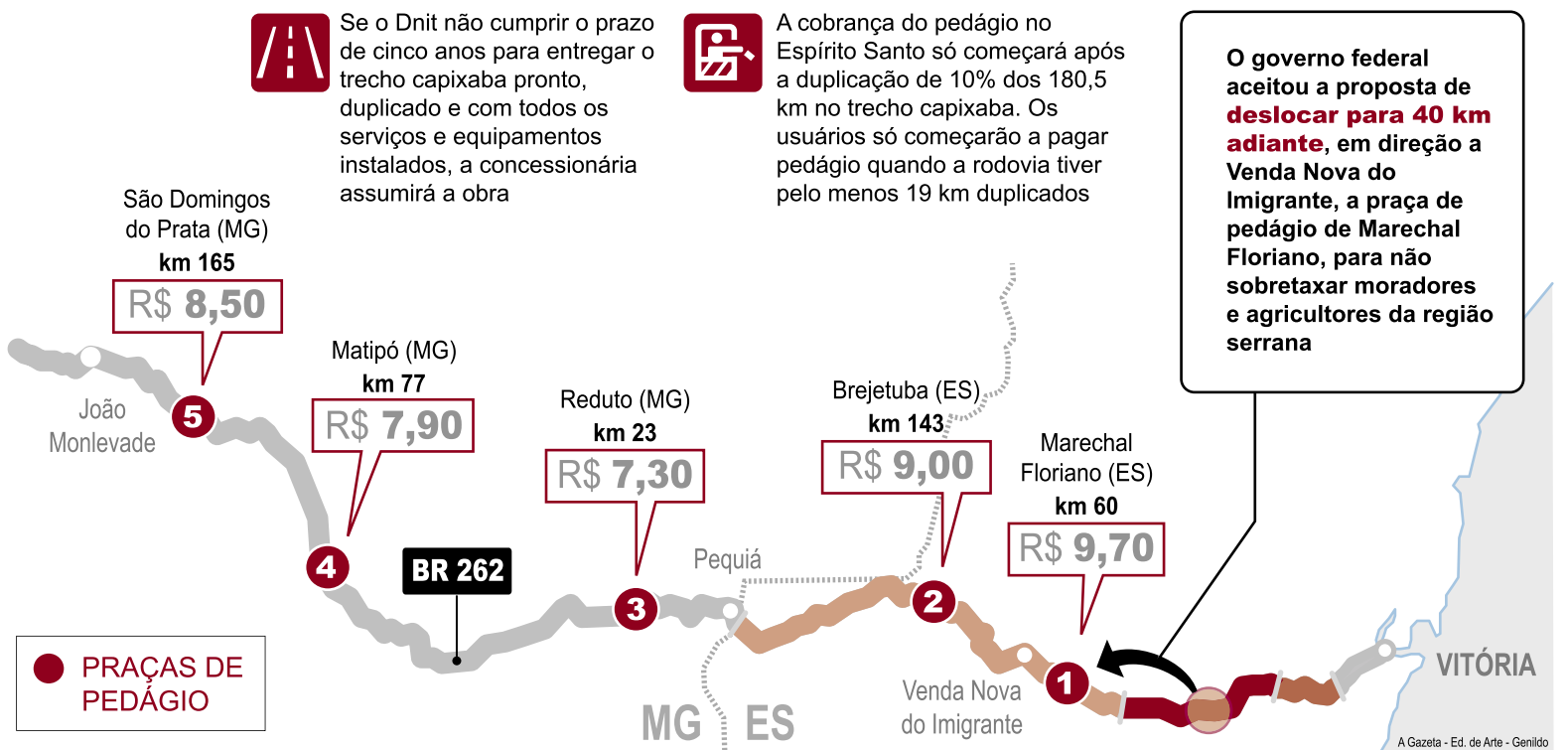
“Pelos notícias do mercado, tenho a expectativa de um deságio de 40% na BR 262. A concorrência será muito acirrada”, enfatiza Borges. Um bom deságio fixado neste percentual derrubaria a tarifa de R\$ 18,70 (soma das duas praças capixabas) para R\$ 11,22 – cerca de R\$ 5,00 por praça, em tese.

Com ouvidos caleados de tanto ouvir sobre os problemas da superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), o ministro faz questão de reforçar empenho contra novos atrasos em obras rodoviárias – a dos 25 km do Contorno de Vitória já dura 13 anos.

“A BR 262 não é uma

ESTRADA PRIVATIZADA

Veja como será a concessão da BR 262



obra qualquer: é uma obra com prioridade absoluta. Claro que estou cobrando do Dnit no Espírito Santo! O órgão é meu subordinado, está sob meu comando. Tudo será feito para dar conforto ao Espírito Santo”, garantiu Borges ao sair da reunião com a bancada na Casa Civil.

PRAZO

Ainda segundo ele, no pacote de privatizações, a

única bancada que reclamou foi a capixaba. “Faremos a duplicação de 10% do trecho capixaba no primeiro ano para só então cobrar pedágio; vamos modificar o local de uma praça de cobrança; e, se ao fim de cinco anos, o Dnit não concluir a duplicação, aí vai para a iniciativa privada”, esclarece.

Antes, esses 10% de duplicação conclusa valiam estritamente para o per-

curso da 262 de Minas Gerais, onde a concessionária executará as obras. Assim, o Espírito Santo pagaria pedágio de imediato para o consórcio, mas sem garantia de obra feita. Aliado aos problemas gerenciais que o Dnit tenta reverter, outro ponto delicado ameaça o cronograma: relevo acidentado com muitas rochas a serem removidas na região Serrana do Estado.

Na verdade, apesar das queixas da bancada, o governo Dilma Rousseff (PT) não vê a duplicação da 262 de forma isolada no Espírito Santo, mas como um corredor logístico que vem da Bolívia, passa pelo Brasil Central e vira escoadouro de produção pelos portos nos Estados litorâneos. Todo este ramal está no pacote de concessões. “O governo perderia a credibilidade tirando o tre-

cho capixaba do leilão, impactaria toda a cadeia”, avalia o deputado Paulo Foleto (PSB), dono de postura bem mais “soft” do que outros colegas da bancada capixaba. A ministra Gleisi Hoffmann, inclusive, foi há dias à China em busca de parceiros dispostos a investir no pacote de concessões de rodovias e ferrovias, razão que motiva outro figurão do governo a viajar à Rússia em dezembro.

Casagrande: não há certeza sobre redução brusca no preço

O governador Renato Casagrande não ficou satisfeito com a posição do governo federal em relação à BR 262. “O que foi anunciado pela ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil) não sana as dúvidas que levantamos, mas o governo entendeu que não deve mudar o modelo e está assumindo a responsabilidade por problemas que possam ocorrer no futuro”.

O fato de as tarifas do pedágio da 262 serem mais altas do que as da BR 101 po-

derá criar insatisfação no futuro. “Por isso tomei a liberdade de fazer o alerta ao governo federal”, explicou. Na avaliação do governador as medidas anunciadas ontem pela ministra não solucionam as questões.

“Queremos que a rodovia seja duplicada, queremos que a obra seja feita o mais rápido possível, mas entendemos que era preciso alertar o governo federal quando ao valor do pedágio que será cobrado”, disse o governador. Ele lembrou

que no leilão da próxima quarta-feira poderá haver desconto elevado, mas hoje não se tem certeza disso. É uma expectativa, apenas.

Também não agradou ao governador o fato de a ministra ter dito que a concessionária duplicará o trecho que corta o Espírito Santo, se o Dnit não concluir, em cinco anos, a duplicação dos 180,5 km que ficarão sob sua responsabilidade. Essa promessa não vai tirar o Espírito Santo do prejuízo, argumenta.



Governador também lamentou decisão federal

CHICO GUEDES

“Se o Dnit não conseguir concluir a duplicação no prazo de cinco anos, de qualquer maneira estaremos no prejuízo porque a concessionária, nesse caso, fará a obra cinco anos depois”, frisou. O ideal, pondera, seria que a duplicação fosse feita com recursos públicos no prazo previsto e que a tarifa do pedágio fosse reduzida.

A mudança da localização da praça de pedágio de Marechal Floriano só fará sentido se não implicar em elevação da tarifa, argumentou. Se tiver menos gente pagando, a tendência é recomposição da tarifa, destacou. (Rita Bridi)